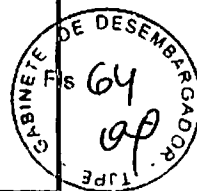




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº: 0201989-4

Comarca Origem: Petrolina – 1ª Vara Criminal

Impetrante: Oseas Alves do Santos Filho

Paciente: Douglas Alexandre Soares dos Santos

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador de Justiça: Renato Da Silva Filho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

080

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. No caso *sub examine*, a instrução criminal está seguindo sua tramitação dentro da normalidade e em conformidade com os critérios razoabilidade exigidos pela jurisprudência, de modo que não resta caracterizado o constrangimento ilegal dos pacientes. Observa-se, inclusive, que já ocorreu audiência de instrução e julgamento, em 23/10/2009, tendo sido ouvida apenas uma testemunha de acusação, pois as demais não compareceram. Em nova data, 19/11/2009, realizou-se audiência para oitiva das demais testemunhas, contudo, a vítima e sua esposa não foram localizadas e, sua ouvida também não foi dispensada pelo órgão ministerial. Restaram consignadas em audiência diligências para localização das referidas testemunhas.
2. Não se pode olvidar que o prazo de 81 dias para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, devendo-se ponderar se há ou não excesso de prazo razoável, o que, *in casu*, não é observado.
3. Unanimemente, denegou-se a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0201989-4, da Comarca de Petrolina, em que figuram, como impetrante, Oseas Alves do Santos Filho, e como paciente, **Douglas Alexandre Soares dos Santos**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

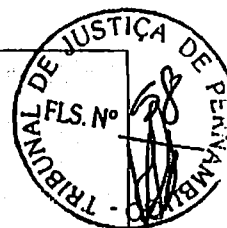
Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Habeas Corpus nº: 0201989-4
Comarca Origem: Petrolina -- 1ª Vara Criminal
Impetrante: **Oseas Alves dos Santos Filho**
Paciente: **Douglas Alexandre Soares dos Santos**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Renato da Silva Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

081

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por **Oseas Alves dos Santos Filho**, em favor de **Douglas Alexandre Soares dos Santos**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, objetivando, em sede de liminar e no mérito, concessão da ordem para expedição do alvará de soltura em favor do paciente, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma o impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 02/08/2009, sob suspeita de infringir o art. 121, *caput*, c/c art. 14, ambos do Código Penal.

Informa que se encontra recolhido há mais de 92 dias, sem ao menos ter sido interrogado, conseqüentemente, sem ter início a instrução processual, embora a defesa prévia tenha sido apresentada no prazo legal.

Ao pleitear a concessão de liberdade provisória perante a autoridade dita coatora, tal pedido fora indeferido, momento em que este juízo decretou a prisão preventiva do mesmo.

Foi negado o pedido de liminar.

Oficiada a autoridade coatora, esta informou que o paciente foi preso em flagrante delito juntamente com outro acusado, tendo sido denunciado pela prática do crime capitulado no art. 121 c/c art. 14 do CP, em 19/08/2009, tendo sido recebida a denúncia em 24/08/2009. As defesas prévias foram apresentadas em 04/09/2009 e 25/09/2009.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



082

Acrescenta que, em 23/10/2009, fora realizada audiência de instrução e julgamento, com a oitiva de apenas uma testemunha de acusação, haja vista que as demais testemunhas não compareceram. Em 19/11/2009, realizou-se audiência e o Ministério Público insistiu na ouvida da vítima e sua esposa, os quais não compareceram ao ato designado.

Concluiu este Juízo ressaltando que a instrução ainda não se findou devido ao fato de não terem sido localizadas todas as testemunhas, motivo esse que não pode ser atribuído ao Poder Judiciário.

O parecer ministerial opinou pela denegação da ordem.

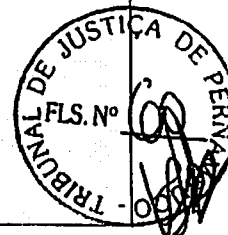
É o Relatório.

Recife, 22 de dezembro de 2009


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



083

Habeas Corpus nº: 0201989-4
Comarca Origem: Petrolina -- 1ª Vara Criminal
Impetrante: *Oseas Alves dos Santos Filho*
Paciente: *Douglas Alexandre Soares dos Santos*
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Renato da Silva Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

V O T O D O R E L A T O R

Aduz o impetrante que o paciente se encontra recolhido há mais de 92 (noventa e dois) dias sem que a instrução tenha sido sequer iniciada, havendo sido apresentadas somente defesas prévias, o que configuraria o excesso de prazo levantado.

Pelo que se verifica dos autos, em especial das informações apresentadas pela autoridade apontada como coatora, o paciente foi preso em flagrante em 02/08/2009. Seguindo o curso regular do feito, a denúncia fora ofertada em 19/08/2009, tendo sido recebida em 24/08/2009.

As defesas prévias do paciente e do outro acusado foram apresentadas em 04/09/2009 e em 25/09/2009.

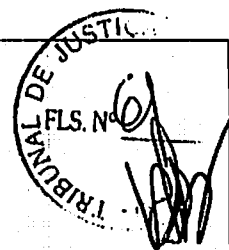
Já ocorreu, inclusive, audiência de instrução e julgamento, em 23/10/2009, tendo sido ouvida apenas uma testemunha de acusação, pois as demais não compareceram. Em nova data, 19/11/2009, realizou-se audiência para oitiva das demais testemunhas, contudo, a vítima e sua esposa não foram localizadas e, sua ouvida também não foi dispensada pelo órgão ministerial, motivo pelo qual, restou consignado, em ata de audiência, que fosse oficiada a autoridade policial para que esta localizasse as referidas testemunhas, tendo sido inclusive oficiado também o TRE, neste mesmo sentido.

Observa-se, portanto, que o processo encontra-se com seu curso regular e, conforme mencionado pela autoridade apontada como coatora, a relativa demora para o término da instrução criminal não está ocorrendo por conta do Poder

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



084

Judiciário, apenas por não estar sendo localizadas as testemunhas de acusação, já havendo, inclusive, diligências neste sentido.

Vê-se, assim, que a instrução, apesar de ainda não terminada, segue seu trâmite normal, de modo que não se pode considerar que há o excesso de prazo referido pelo impetrante.

Ainda, não se pode olvidar que o prazo de para conclusão da instrução criminal, de 81 dias, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, conforme se depreende do seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA. RESISTÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).

II - Dessa forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada (Precedentes).

III - No caso em tela, a ação penal vem se desenvolvendo regularmente, em observância aos prazos legais, não havendo que se falar, por ora, em eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ordem denegada.

(HC 124.739/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 27/04/2009)

Assim sendo, acompanhando a D. Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator